



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA**Preço deste número - Kz: 250,00**

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresnacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA		Ano	O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	As três séries	...	Kz: 470 615.00	
	A 1.ª série	...	Kz: 277 900.00	
	A 2.ª série	...	Kz: 145 500.00	
	A 3.ª série	...	Kz: 115 470.00	

SUMÁRIO

Presidente da República

Decreto Presidencial n.º 106/14:

Aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Construção. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

Despacho Presidencial n.º 117/14:

Aprova a minuta do Contrato para a Construção de 62 Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água, sendo 50 na Província do Kuando Kubango e 12 na Província de Malanje, no valor global equivalente em Kwanzas a USD 93.259.908,00 e autoriza o Ministro da Energia e Águas a celebrar o referido com a empresa Mitrelli Group.

Ministérios das Finanças e dos Transportes

Decreto Executivo Conjunto n.º 142/14:

Fixa a tarifa para a classe única do transporte marítimo de passageiros, por cabotagem, na Província de Luanda.

Ministério das Finanças

Despacho n.º 1123/14:

Dá por finda a comissão de serviço que Carlos Alberto Venâncio vinha exercendo no cargo de Chefe do Departamento do Contencioso Aduaneiro do Serviço Regional das Alfândegas de Cabinda.

Despacho n.º 1124/14:

Subdelega plenos poderes a Américo Miguel da Costa, Secretário Geral, para representar este Ministério na assinatura do contrato de adesão para o provimento de um link de comunicações e instalação dos equipamentos para acesso à rede SWIFT, fornecido pela empresa Orange Business Holdings UK Ltd.

Despacho n.º 1125/14:

Subdelega plenos poderes a José Cabalo Tanga, Director Geral do Instituto de Formação de Finanças Públicas, para representar este Ministério na assinatura de Contratos Administrativos de Provimento, adstritos àquele Instituto com Aurélio Mbuka Timamputo, Cláudia Teresa Manuel Simão João, Catarina Suraia de Andrade Baptista, Isaac João Feitia Xiquita, Lúcia da Conceição Bambi Quinzunzo, Maria António Jorge Mendes de Carvalho Miguel, Jano Cipriano dos Santos, Liudmila Graciete da Silva Miguel, Rita da Conceição António, António Joaquim Cristóvão Chicato, Iracelma Joaquim Hihanga Francisco e Lúcia Antónia Magalhães Oliveira.

Despacho n.º 1126/14:

Transfere Ermelinda Anastácia Nguma Mavinga, Técnica Média de 3.ª Classe, da Repartição Fiscal do Soyo para a Delegação Provincial de Finanças de Cabinda, com colocação na Repartição Fiscal de Cabinda.

Despacho n.º 1127/14:

Transfere Idalina Dicelma Vaz Gomes Sachimbeto, Técnica Média de 3.ª Classe, da Delegação Provincial de Finanças do Zaire para a Delegação Provincial de Benguela.

Despacho n.º 1128/14:

Transfere Gabriel Armando Pedro, Operário Não qualificado, da Secretaria Geral para o Gabinete da Secretária de Estado das Finanças.

Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial

Despacho n.º 1129/14:

Exonera Rita Jonuela Simão de Matos da função de Lavadeira da residência do Secretário de Estado para o Investimento Público.

Despacho n.º 1130/14:

Nomeia Esmeraldina Sebastião da Silva Paiva para as funções de Secretária do Gabinete do Secretário de Estado para o Investimento Público.

Despacho n.º 1131/14:

Nomeia Silvina Laurinda Jokila Kaconda para as funções de Cozinheira.

Despacho n.º 1132/14:

Nomeia Joana Mateus Rente para as funções de Lavadeira.

Despacho n.º 1133/14:

Nomeia Josefa Palmira da Cruz Fonseca para as funções de Funcionária Administrativa do Gabinete do Secretário de Estado para o Investimento Público.

Despacho n.º 1134/14:

Nomeia Figueiredo Domingos Mussonga para as funções de Motorista do Gabinete do Secretário de Estado para o Investimento Público.

Despacho n.º 1135/14:

Nomeia Francisca Nela Costa para as funções de Empregada Doméstica.

Despacho n.º 1136/14:

Nomeia Admiro Miguel Cipriano para as funções de Motorista.

Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos

Despacho n.º 1137/14:

Nomeia definitivamente Maria Cristina Nicolau Cardoso, Oficial Auxiliar de Notário de 2.ª Classe, colocada no Cartório Notarial do Cunene.

Despacho n.º 1138/14:

Nomeia definitivamente Mardilélio Domingos Ndemutungila Hifewa, Notário-Adjunto, colocado no Cartório Notarial do Cunene.

Despacho n.º 1139/14:

Nomeia definitivamente Teodoro Miranda dos Anjos Quilemba, Auxiliar de Limpeza de 2.ª Classe, colocado na Delegação Provincial da Justiça e dos Direitos Humanos do Cunene.

Ministério dos Petróleos**Despacho n.º 1140/14:**

Exonera Ema de Jesus Moraes Gomes das funções de Técnica Superior de 1.ª Classe, da Direcção Nacional de Petróleos e Biocombustíveis.

Despacho n.º 1141/14:

Nomeia Mara Gracinda Cristóvão Sara para as funções de Secretária do Gabinete do Ministro.

Ministério das Telecomunicações e Tecnologias de Informação**Despacho n.º 1142/14:**

Exonera Domingos José do Nascimento do cargo de Chefe de Departamento de Aplicações Meteorológicas do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica — INAMET.

Despacho n.º 1143/14:

Desvincula Lidia Cecília Jeremias, Operadora de Telecomunicações de 2.ª Classe, do Instituto de Telecomunicações Administrativas — INATEL.

Despacho n.º 1144/14:

Nomeia Felismina António Alexandre para as funções de Cozinheira na residência do Secretário de Estado para as Telecomunicações.

Ministério da Saúde**Despacho n.º 1145/14:**

Nomeia José Luís Vunge para o cargo de Administrador do Instituto Nacional de Saúde Pública.

Ministério do Ensino Superior**Despacho n.º 1146/14:**

Cria a Comissão encarregue de proceder à Coordenação da Gestão dos Projectos afectos ao Plano Nacional de Formação de quadros a nível deste Ministério, coordenado por João da Cruz Kundongende.

Despacho n.º 1147/14:

Cria a Comissão encarregue de supervisionar as acções que têm sido desenvolvidas pela assistência técnica, no âmbito da implementação dos projectos afectos ao Plano Nacional de Formação de Quadros a nível deste Ministério, coordenada por Maria Augusta Almeida da Silva Martins.

Despacho n.º 1148/14:

Homologa o Convénio de Cooperação Académica, Científica e Cultural entre a Universidade Complutense de Madrid e a Universidade Agostinho Neto.

Despacho n.º 1149/14:

Homologa o Protocolo de Cooperação entre a Universidade Agostinho Neto e a Universidade Mandume ya Ndemufayo.

Despacho n.º 1150/14:

Homologa o Acordo de Cooperação entre o Instituto Superior Politécnico de Tecnologias e Ciências e a Universidade de Coimbra.

Despacho n.º 1151/14:

Transfere Francisco Xavier Chitoma, Docente do Ensino Superior, com a categoria de Professor Auxiliar, do Instituto Superior de Ciências de Educação do Huambo para o Instituto Superior de Ciências de Educação de Benguela.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA**Decreto Presidencial n.º 106/14
de 19 de Maio**

Havendo necessidade de se proceder ao ajustamento da organização e funcionamento da estrutura orgânica do Ministério da Construção às disposições legais em vigor constantes do Decreto Legislativo Presidencial n.º 3/13, de 23 de Agosto;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea g) do artigo 120.º e do n.º 3 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

**ARTIGO 1.º
(Aprovação)**

É aprovado o Estatuto Orgânico do Ministério da Construção, anexo ao presente Decreto Presidencial e que dele é parte integrante.

**ARTIGO 2.º
(Revogação)**

É revogada toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

**ARTIGO 3.º
(Dúvidas e omissões)**

As dúvidas e omissões suscitadas na interpretação e aplicação do presente Decreto Presidencial são resolvidas pelo Presidente da República.

**ARTIGO 4.º
(Entrada em vigor)**

O presente Diploma entra em vigor na data da sua publicação.

Apreciado em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 2 de Abril de 2014.

Publique-se.

Luanda, aos 9 de Maio de 2014.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

**ESTATUTO ORGÂNICO
DO MINISTÉRIO DA CONSTRUÇÃO****CAPÍTULO I
Natureza e Atribuições****ARTIGO 1.º
(Natureza)**

O Ministério da Construção, abreviadamente designado por «MINCONS», é o órgão auxiliar do Titular do Poder Executivo a quem compete propor a formulação, execução e controlo da política do Executivo no domínio da construção civil e obras públicas.

ARTIGO 2.º
(Atribuições)

O Ministério da Construção tem as seguintes atribuições:

1. No domínio da actividade geral:

- a) Promover a racionalização e a simplificação administrativa das actividades do Ministério, acentuando as suas funções normativas e fiscalizadoras;
- b) Promover e controlar a realização de estudos, projectos e empreendimentos no domínio da construção e das obras públicas;
- c) Promover, em coordenação com os demais organismos, a reabilitação, a ampliação, modernização e a criação de condições para a manutenção futura e operação integrada das infra-estruturas públicas;
- d) Elaborar o quadro legal e normativo regulador da execução das obras públicas e o exercício da actividade das empresas de projecto, fiscalização e de execução de obras públicas e de construção civil, com particular destaque para o exercício da actividade das empresas públicas estratégicas nos domínios atrás referidos;
- e) Garantir a efectiva aplicação das leis e de outros instrumentos jurídicos no domínio da construção e participar activamente nos procedimentos de adjudicação legalmente previstos;
- f) Exercer a tutela do sector empresarial do Estado, do ramo de actividade de projectos, fiscalização, construção civil e obras públicas;
- g) Prestar apoio técnico às actividades dos órgãos administrativos do Estado em matéria de construção civil e obras públicas;
- h) Colaborar com os demais organismos em todas as acções inerentes à execução de projectos no domínio das obras públicas, assegurando o cumprimento das disposições técnicas, legais, normativas e a respectiva qualidade;
- i) Fomentar, em colaboração com os demais órgãos competentes do Estado, a investigação científica e tecnológica no domínio da construção civil e obras públicas;
- j) Propor as bases de cooperação técnica-institucional com outros países e organizações internacionais no domínio da construção, implementando as orientações superiormente definidas e os instrumentos jurídicos firmados;
- k) Elaborar e coordenar a execução de estratégias e políticas no domínio da construção;
- l) Promover a divulgação de informação técnica no domínio da construção civil e obras públicas no País;

- m) Propor as bases para a elaboração de estratégias, planos de desenvolvimento, programas executivos, planos de investimentos e programação financeira no domínio da construção civil e obras públicas;
 - n) Participar na preparação das medidas de política financeira e fiscal no domínio da construção civil e obras públicas;
 - o) Elaborar estudos e trabalhos de natureza estatística e de economia no domínio da construção civil.
2. No domínio da actividade em particular:
- a) Em coordenação com os demais organismos do Estado, proporcionar ao País as Infra-Estruturas rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias e portuárias e assegurar a sua permanente manutenção e operação;
 - b) Elaborar e promover a execução do plano de actividades;
 - c) Elaborar e promover a execução do programa de conservação e manutenção de estradas;
 - d) Promover e coordenar a implementação do programa de construção de equipamentos sociais, em coordenação com os demais sectores;
 - e) Promover e apoiar o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas de construção civil e obras públicas;
 - f) Preparar e realizar concursos para adjudicação de empreitada de construção civil e obras públicas, na qualidade de dono da obra;
 - g) Promover a realização da fiscalização de todas as obras públicas em coordenação com os demais organismos do Estado;
 - h) Assegurar o controlo de qualidade das obras públicas, dos materiais de construção e normalizar o seu fornecimento e recepção;
 - i) Cooperar com os demais organismos do Estado na implementação e gestão dos centros de formação e de certificação profissional na área de construção civil, implementando programas de formação e de capacitação de profissionais do Sector para sua inserção no mercado de trabalho;
 - j) Promover a investigação científica e desenvolvimento tecnológico, bem como outras actividades científicas e técnicas necessárias ao progresso e a boa prática, nos domínios da construção, obras públicas e materiais de construção, visando essencialmente a qualidade, durabilidade e a segurança das obras;
 - k) Apoiar os organismos públicos no controlo da qualidade dos projectos e da construção de obras públicas;

- l) Acompanhar a negociação relativa à celebração de instrumentos jurídicos internacionais, no domínio das obras públicas e construção civil de natureza bilateral ou multilateral integrando as respectivas delegações sempre que necessário;
- m) Promover a aplicação das melhores práticas internacionais na conservação e gestão das obras públicas e edifícios públicos;
- n) Elaborar, difundir e apoiar a criação de instrumentos de planeamento, de programação financeira e de avaliação de políticas e programas no domínio da construção civil e obras públicas;
- o) Garantir a gestão integral do ciclo de investimentos dos projectos no domínio da construção civil e obras públicas, nas fases de programação, previsão orçamental, acompanhamento e avaliação;
- p) Garantir a produção de informação adequada e específica de natureza estatística, no quadro do Sistema Nacional Estatístico, no domínio da construção civil e obras públicas;
- q) Efectuar o acompanhamento das empresas estratégicas do Sector e dos organismos tutelados.

CAPÍTULO II

Organização em Geral

ARTIGO 3.º

(Órgãos e serviços)

O Ministério da Construção compreende os seguintes órgãos e serviços:

1. Órgãos de Direcção:
 - a) Ministro;
 - b) Secretários de Estado.
2. Órgãos de Apoio Consultivo:
 - a) Conselho Consultivo;
 - b) Conselho de Direcção.
3. Serviços de Apoio Técnico:
 - a) Secretaria Geral;
 - b) Gabinete de Recursos Humanos;
 - c) Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística;
 - d) Gabinete Jurídico;
 - e) Gabinete de Inspeção;
 - f) Gabinete de Intercâmbio;
 - g) Gabinete de Tecnologias de Informação.
4. Serviços Executivos Directos:
 - a) Direcção Nacional dos Edifícios Públicos e Monumentos;
 - b) Direcção Nacional de Infra-Estruturas Públicas;
 - c) Direcção Nacional de Obras de Engenharia;
 - d) Direcção Nacional de Infra-Estruturas Rodoviárias;
 - e) Gabinete de Informação Geográfica.

5. Serviços de Apoio Instrumental:
 - a) Gabinete do Ministro;
 - b) Gabinetes dos Secretários de Estado.
6. Órgãos Tutelados:
 - a) Laboratório de Engenharia de Angola — LEA;
 - b) Instituto de Estradas de Angola — INEA;
 - c) Centros de Formação Profissional.

7. Empresas do Sector:

Junto do Ministério da Construção funcionam as empresas do Sector da Construção dotadas de personalidade jurídica e autonomia administrativa, financeira, patrimonial e de gestão sobre as quais o Ministério tem tutela, através dos mecanismos legais instituídos e procede à superintendência geral das suas actividades.

CAPÍTULO III

Organização em Especial

SECÇÃO I

Direcção e Coordenação do Ministério

ARTIGO 4.º

(Ministro e Secretários de Estado)

1. O Ministro da Construção é o órgão a quem compete dirigir, coordenar e controlar toda a actividade dos serviços do Ministério, bem como exercer os poderes de tutela e superintendência sobre os serviços colocados por lei na sua dependência.

2. No exercício das suas funções, o Ministro da Construção é coadjuvado pelos Secretários de Estado, a quem pode delegar competências para acompanhar, tratar e decidir os assuntos relativos à actividade e o funcionamento do Ministério.

ARTIGO 5.º

(Competências do Ministro)

O Ministro da Construção, no exercício das suas funções, tem as seguintes competências:

- a) Assegurar sob responsabilidade própria a execução das leis e outros Diplomas Legais, bem como tomar as decisões necessárias para tal fim;
- b) Formular, conduzir, executar e controlar a política do Executivo no domínio da construção;
- c) Orientar, coordenar e fiscalizar toda a actividade do Ministério, nos termos da lei e de acordo com as deliberações superiores;
- d) Dirigir e superintender as actividades dos Secretários de Estado, dos Directores Nacionais e equiparados;
- e) Gerir o orçamento do Ministério;
- f) Orientar a política de quadros em coordenação com os órgãos nacionais competentes;
- g) Nomear, promover, exonerar e demitir os funcionários do Ministério;

- h)* Praticar os demais actos necessários ao exercício das suas funções e os que lhe sejam determinados por lei ou decisão superior.

SECÇÃO II
Órgãos de Apoio Consultivo

ARTIGO 6.º
(Conselho Consultivo)

1. O Conselho Consultivo é o órgão de consulta periódica do Ministro em matéria de programação e coordenação das actividades do Ministério.

2. O Conselho Consultivo reúne-se duas vezes ao ano, devendo a primeira reunião ocorrer no primeiro trimestre de cada ano civil e a segunda no último trimestre para apreciar e balancear o complemento do plano anual da actividade e demais tarefas acometidas ao Sector.

3. O Conselho Consultivo é presidido pelo Ministro da Construção e integra os seguintes membros:

- a)* Secretários de Estado;
- b)* Directores Nacionais e Equiparados;
- c)* Directores Gerais de Serviços Tutelados;
- d)* Chefes de Departamento.

4. A composição, competências e funcionamento do Conselho Consultivo são definidos em regulamento próprio aprovado pelo Ministro.

ARTIGO 7.º
(Conselho de Direcção)

1. O Conselho de Direcção é o órgão colegial restrito de consulta ao Ministro em matéria de programação e organização das actividades do Ministério.

2. O Conselho de Direcção reúne-se, em regra, trimestralmente e é convocado e presidido pelo Ministro e tem a seguinte composição:

- a)* Secretários de Estado;
- b)* Directores Nacionais e Equiparados;
- c)* Directores Gerais de Serviços Tutelados.

3. A composição, competências e funcionamento do Conselho de Direcção são definidos em regulamento próprio aprovado pelo Ministro.

SECÇÃO III
Serviços de Apoio Técnico

ARTIGO 8.º
(Secretaria Geral)

1. A Secretaria Geral é o serviço que se ocupa do registo, acompanhamento e tratamento das questões administrativas, financeiras e logísticas comuns a todos os demais serviços do Ministério, nomeadamente do orçamento, do património, das relações públicas e expediente, da documentação e informação e tem as seguintes atribuições:

- a)* Promover, em estreita cooperação com os organismos competentes da administração pública, a execução de medidas conducentes à inovação e modernização

administrativa, bem como a melhoria da eficiência dos órgãos e serviços do Ministério;

- b)* Organizar e orientar tecnicamente o sistema de documentação administrativa comum aos órgãos e serviços do Ministério;

- c)* Elaborar o projecto de orçamento do Ministério e assegurar a sua execução de acordo com as orientações metodológicas do Ministério das Finanças;

- d)* Assegurar a gestão do património, garantindo o fornecimento de bens e equipamentos necessários ao funcionamento dos órgãos e serviços do Ministério, bem como a protecção, manutenção e conservação dos bens móveis e imóveis;

- e)* Assegurar o eficiente funcionamento dos serviços de protocolo e relações públicas e organizar os actos ou cerimónias oficiais;

- f)* Propor e implementar a estratégia de comunicação no domínio da construção;

- g)* Promover a criação de bibliotecas especializadas no domínio da construção civil e obras públicas;

- h)* Assegurar o funcionamento de uma biblioteca central do Ministério;

- i)* Produzir e zelar pela difusão de matéria informativa de interesse para a actividade do Ministério;

- j)* Promover a imagem pública e a ligação entre os órgãos e serviços do Ministério e os meios de comunicação social;

- k)* Desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou por determinação superior.

2. A Secretaria Geral compreende a seguinte estrutura:

- a)* Departamento de Gestão do Orçamento e Administração do Património;
- b)* Departamento de Relações Públicas e Expediente;
- c)* Centro de Documentação e Informação.

3. A Secretaria Geral é dirigida por um Secretário Geral equiparado a Director Nacional, a quem compete coordenar e dirigir a execução de todas as tarefas.

ARTIGO 9.º
(Gabinete de Recursos Humanos)

1. O Gabinete de Recursos Humanos é o serviço responsável pela concepção e execução das políticas de gestão dos quadros do Ministério, nomeadamente nos domínios do desenvolvimento pessoal e de carreiras, recrutamento, avaliação de desempenho, rendimentos, entre outros, e tem as seguintes atribuições:

- a)* Assegurar a gestão integrada dos recursos humanos do Ministério;
- b)* Incentivar o recrutamento, formação e integração dos trabalhadores nas empresas do sector da construção, de acordo com a legislação em vigor;

- c) Elaborar e propor políticas e metodologias de gestão de recursos humanos do Sector;
- d) Assegurar as actividades inerentes à gestão administrativa do pessoal, nomeadamente a avaliação do desempenho, o controlo da efectividade e processamento da remuneração e no domínio da gestão das carreiras do pessoal;
- e) Elaborar, em coordenação com as demais estruturas do Ministério e empresas do Sector, as políticas e metodologias de formação de acordo com a lei, acompanhando o seu cumprimento;
- f) Garantir e zelar pelo cumprimento da legislação laboral e outra aplicável ao Sector;
- g) Propor políticas de acção social e acompanhar a sua implementação;
- h) Elaborar ou promover a realização de estudos sobre força de trabalho do Sector, sua caracterização e desenvolvimento;
- i) Em coordenação com os demais serviços do Ministério, elaborar ou promover a realização de programas de formação específica e contínua da força de trabalho do Sector;
- j) Assegurar, em colaboração com os outros serviços do Ministério, a gestão integrada do pessoal, nomeadamente em matéria de provimento, promoção, transferência, exoneração e aposentação;
- k) Desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou por determinação superior.

2. O Gabinete de Recursos Humanos compreende a seguinte estrutura:

- a) Departamento de Gestão por Competências e Desenvolvimento de Carreiras;
- b) Departamento de Formação e Avaliação de Desempenho;
- c) Departamento de Arquivo, Registo e Gestão de Dados.

3. O Gabinete de Recursos Humanos é dirigido por um Director equiparado a Director Nacional a quem compete coordenar e dirigir a execução de todas as tarefas.

ARTIGO 10.º

(Gabinete de Estudos Planeamento e Estatística)

1. O Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística é o serviço de apoio técnico de carácter transversal que tem como funções principais a preparação de medidas de política e estratégias do Sector da Construção, de estudos e análise regular sobre a execução geral das actividades dos serviços, bem como a orientação e coordenação da actividade de estatística, dentre outras, e tem as seguintes atribuições:

- a) Elaborar e analisar a execução dos planos e programas de actividades do Ministério;

- b) Elaborar e analisar o grau de execução dos programas de investimentos e da programação financeira do Ministério;
- c) Participar na preparação, negociação e compatibilização de contratos e acordos a celebrar e acompanhar a sua execução;
- d) Difundir e promover o aperfeiçoamento da informação estatística relativa ao domínio da construção em articulação com o Sistema Estatístico Nacional;
- e) Criar uma base de dados contendo informação estatística relevante para o apoio a estudos sectoriais, bem como promover a utilização de critérios de compatibilidade de condições comerciais na negociação e adjudicação de contratos de obras públicas;
- f) Elaborar estudos no âmbito da produtividade e da rentabilidade económico-social dos projectos de investimentos do Estado e das empresas de capitais públicos afectos ao Sector e a sua correspondente divulgação;
- g) Desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou determinação superior.

2. O Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística compreende a seguinte estrutura:

- a) Departamento de Estudos e Estatística;
- b) Departamento de Planeamento;
- c) Departamento de Monitoramento e Controlo.

3. O Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística é dirigido por um Director equiparado a Director Nacional a quem compete coordenar, dirigir e executar todas as tarefas.

ARTIGO 11.º

(Gabinete Jurídico)

1. O Gabinete Jurídico é o serviço de apoio técnico ao qual cabe realizar toda a actividade de assessoria jurídica e de estudos nos domínios legislativo, regulamentar e do contencioso e tem as seguintes atribuições:

- a) Prestar apoio jurídico especializado consubstanciado na emissão de pareceres, prestação de informações e elaboração de estudos jurídicos sobre quaisquer assuntos que sejam submetidos à sua apreciação pelo Ministro;
- b) Estudar e dar forma jurídica aos Diplomas Legais e demais documentos de natureza jurídica;
- c) Assessorar os órgãos e demais serviços em questões de natureza jurídica relacionadas com a actividade do Ministério e dos órgãos tutelados;
- d) Liderar projectos legislativos de desenvolvimento e de reformulação do enquadramento legal do Sector;

- e) Analisar, emitir parecer e participar na preparação e conclusão de acordos, contratos e memorandos de entendimento com entidades nacionais e estrangeiras, que impliquem compromissos para o País no domínio da construção;
- f) Coligir, controlar e manter actualizada toda a documentação de natureza jurídica necessária ao funcionamento do Ministério e velar pela sua correcta aplicação;
- g) Representar o Ministério nos actos jurídicos para os quais seja mandatado;
- h) Organizar e manter actualizada a colectânea de legislação de interesse para o desenvolvimento das actividades do Sector, no domínio da construção, promovendo a sua divulgação;
- i) Dar tratamento às questões contenciosas referentes às atribuições do Ministério;
- j) Velar, em colaboração especial com o Gabinete de Inspecção, pelo cumprimento das leis e demais normas aplicáveis à actividade do Ministério;
- k) Desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou por determinação superior.

2. O Gabinete Jurídico é dirigido por um Director equiparado a Director Nacional a quem compete coordenar, dirigir e executar todas as tarefas.

ARTIGO 12.º
(Gabinete de Inspecção)

1. O Gabinete de Inspecção é o serviço que acompanha, inspeciona e avalia a aplicação dos planos e programas aprovados para o Sector, bem como o cumprimento dos princípios e normas de organização, funcionamento e segurança das actividades da construção civil e obras públicas, e tem as seguintes atribuições:

- a) Proceder à fiscalização do cumprimento das normas e regulamentos aplicáveis à construção civil e obras públicas;
- b) Em coordenação com os demais serviços do Ministério, fiscalizar o cumprimento das normas técnicas e legais referentes ao domínio da construção;
- c) Promover a realização de inquéritos, auditorias e outras acções no âmbito das suas atribuições;
- d) Levantar autos de notícia por infracções detectadas na actividade da construção civil e obras públicas;
- e) Colaborar, com os demais organismos do Estado, em acções de inspecção e fiscalização da actividade de construção civil e obras públicas;
- f) Desempenhar as demais funções de natureza inspectiva que lhe sejam atribuídas por lei ou por determinação superior.

- 2. O Gabinete de Inspecção compreende a seguinte estrutura:
 - a) Departamento de Inspecção;
 - b) Departamento de Estudos, Programação e Análise.
- 3. O Gabinete de Inspecção é dirigido por um Inspector Geral com a categoria de Director Nacional.

ARTIGO 13.º
(Gabinete de Intercâmbio)

1. O Gabinete de Intercâmbio é o serviço encarregue de apoiar a realização das tarefas nos domínios das relações internacionais e da cooperação entre o Ministério da Construção e os Órgãos da Administração Central e Local do Estado, instituições homólogas de outros países, organizações internacionais, organizações não-governamentais e instituições da sociedade civil e tem as seguintes atribuições:

- a) Assessorar o Ministro, Secretários de Estado e os Directores Nacionais ou equiparados em questões de intercâmbio e cooperação relacionados com as actividades do Ministério e dos serviços dependentes;
- b) Elaborar e promover programas de troca de experiência nos diversos domínios da actividade do Ministério;
- c) Participar na programação e realização de eventos técnico-científicos com o concurso da cooperação e de organizações e instituições da sociedade civil, em colaboração com as áreas afins do Ministério;
- d) Coordenar a negociação de programas e projectos resultantes da cooperação entre o Ministério da Construção e os seus parceiros nacionais e internacionais, em colaboração com o Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística, Gabinete Jurídico e as áreas correspondentes do Ministério;
- e) Estudar e preparar as matérias a submeter às reuniões das Comissões bilaterais;
- f) Assegurar o relacionamento com os Órgãos da Administração Central e Local do Estado e outros parceiros nacionais e internacionais de iniciativas, eventos, projectos e programas em que o Ministério da Construção participa;
- g) Elaborar propostas com vista a assegurar e coordenar a participação do Ministério da Construção em eventos nacionais e internacionais;
- h) Desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou por determinação superior.

2. O Gabinete de Intercâmbio é dirigido por um Director equiparado a Director Nacional a quem compete coordenar, dirigir e executar todas as tarefas.

ARTIGO 14.º
(Gabinete de Tecnologias de Informação)

1. O Gabinete de Tecnologias de Informação é o serviço de apoio técnico responsável pelo desenvolvimento das tecnologias e manutenção dos sistemas de informação com vista a dar suporte às actividades de modernização e inovação do Ministério da Construção e tem as seguintes atribuições:

- a) Planear e implementar o Sistema de Informação do Ministério, baseado em Tecnologias de Informação e Comunicação;
- b) Coordenar o processo de informatização do Ministério e garantir a exploração e conservação dos meios informáticos;
- c) Assessorar os restantes órgãos do Ministério sobre questões relativas ao domínio do Gabinete;
- d) Coordenar a interoperabilidade dos sistemas de informação nas suas diferentes modalidades;
- e) Tratar da aquisição, instalação, operação e manutenção de equipamentos de suportes tecnológicos nos vários órgãos do Ministério;
- f) Garantir a disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações a sua guarda;
- g) Colaborar com o Centro de Documentação e Informação na manutenção da documentação de especialidade;
- h) Desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou por determinação superior.

2. O Gabinete de Tecnologias de Informação é dirigido por um Director equiparado a Director Nacional a quem compete coordenar, dirigir e executar todas as tarefas.

SECÇÃO IV
Serviços Executivos Directos

ARTIGO 15.º
(Direcção Nacional dos Edifícios Públicos e Monumentos)

1. A Direcção Nacional dos Edifícios Públicos e Monumentos é o serviço executivo do Ministério que assegura o planeamento, a coordenação e o controlo técnico da construção, reabilitação e reconstrução de edifícios públicos, monumentos e equipamentos sociais e tem as seguintes atribuições:

- a) Elaborar ou promover, de forma coordenada, estudos e projectos de edifícios públicos, monumentos e equipamentos sociais;
- b) Elaborar ou promover programas de construção de edifícios públicos, monumentos e equipamentos sociais em colaboração com as entidades afins e proceder à sua integração nos planos nacionais e regionais;

- c) Elaborar ou promover normas e regulamentos que se mostrem necessários ao conveniente desenvolvimento das acções que lhe são atribuídas;
- d) Preparar, promover e controlar a realização de concursos para adjudicação de obras de edifícios públicos, monumentos e equipamentos sociais, assegurando a sua fiscalização;
- e) Emitir parecer sobre estudos e projectos de edifícios públicos, monumentos e equipamentos sociais, elaborados por outras entidades;
- f) Organizar e manter actualizado um ficheiro técnico e o cadastro dos edifícios públicos, monumentos e equipamentos sociais do País;
- g) Colaborar com os organismos competentes na definição do programa de conservação de edifícios públicos, monumentos e equipamentos sociais;
- h) Inventariar, em colaboração com os demais organismos, as necessidades do País em termos de edifícios públicos, monumentos e equipamentos sociais;
- i) Elaborar ou promover estudos que incentivem a adopção no sector de soluções inovadoras, que sejam vantajosas do ponto de vista técnico e económico;
- j) Proceder à elaboração de relatórios periódicos sobre a execução dos projectos em curso na sua área de actividade;
- k) Desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou por determinação superior.

2. A Direcção Nacional de Edifícios Públicos e Monumentos compreende a seguinte estrutura:

- a) Departamento de Edifícios Públicos e Monumentos;
- b) Departamento de Equipamento Social;
- c) Departamento de Coordenação e Gestão de Projectos.

3. A Direcção Nacional dos Edifícios Públicos e Monumentos é dirigida por um Director Nacional a quem compete coordenar, dirigir e executar todas as tarefas.

ARTIGO 16.º
(Direcção Nacional de Infra-Estruturas Públicas)

1. A Direcção Nacional de Infra-Estruturas Públicas é o serviço executivo do Ministério que assegura o planeamento, coordenação e o controlo técnico da construção de sistemas e equipamentos de infra-estruturas públicas e tem as seguintes atribuições:

- a) Elaborar ou promover de forma coordenada estudos e projectos de infra-estruturas públicas e assegurar a sua permanente manutenção;
- b) Elaborar ou promover os planos de construção e manutenção de infra-estruturas públicas, em

colaboração com as entidades interessadas, e proceder à sua integração nos planos nacionais e regionais;

- c) Elaborar ou promover a criação de normas e regulamentos que se mostrem necessários ao conveniente desenvolvimento das acções que lhe são atribuídas;
- d) Promover e controlar a realização de concursos para adjudicação de obras de infra-estruturas públicas e para a sua manutenção e gestão, assegurando a sua fiscalização;
- e) Emitir parecer sobre estudos e projectos de infra-estruturas públicas, elaboradas por outras entidades;
- f) Organizar e manter actualizado o ficheiro técnico e o cadastro das infra-estruturas públicas do País;
- g) Colaborar com os organismos competentes na definição do programa de conservação das infra-estruturas do País;
- h) Inventariar, em coordenação com os demais organismos, as necessidades do País em termos de infra-estruturas públicas;
- i) Elaborar ou promover estudos que incentivem a adopção no sector de soluções inovadoras que sejam vantajosas do ponto de vista técnico e económico;
- j) Reportar periodicamente informação sobre a execução dos projectos em curso no domínio da construção civil e obras públicas;
- k) Desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou por determinação superior.

2. A Direcção Nacional de Infra-Estruturas Públicas compreende a seguinte estrutura:

- a) Departamento de Vias de Comunicação e Infra-Estruturas Básicas;
- b) Departamento de Infra-Estruturas Hidráulicas;
- c) Departamento de Investigação e Desenvolvimento de Sistemas Integrados de Infra-Estruturas.

3. A Direcção Nacional de Infra-Estruturas Públicas é dirigida por um Director Nacional a quem compete coordenar, dirigir e executar todas as tarefas.

ARTIGO 17.º

(Direcção Nacional de Obras de Engenharia)

1. A Direcção Nacional de Obras de Engenharia é o serviço executivo do Ministério que assegura o planeamento, a coordenação e o controlo técnico da construção de obras de engenharia e tem as seguintes atribuições:

- a) Elaborar ou promover de forma coordenada estudos e projectos de engenharia e assegurar em

coordenação com os demais organismos a sua conservação e observação;

- b) Controlar a execução dos projectos e das obras de engenharia, assegurando a sua qualidade e o cumprimento das especificações técnicas;
- c) Elaborar ou promover as normas e regulamentos que se mostrem necessários ao conveniente desenvolvimento das obras de engenharia;
- d) Promover e controlar a realização de concursos para adjudicação de obras de engenharia, assegurando a sua fiscalização;
- e) Emitir parecer sobre estudos de obras de engenharia, elaboradas por outras entidades;
- f) Promover ou controlar, em coordenação com outros organismos do Estado, a execução de planos de segurança e de observação comportamental de obras de engenharia;
- g) Inventariar, em coordenação com os demais organismos do Estado, as necessidades do País em termos de obras de engenharia, promovendo a sua construção;
- h) Cadastrar, organizar e manter actualizado o ficheiro técnico das obras de engenharia sob sua responsabilidade;
- i) Elaborar ou promover estudos que incentivem a adopção no sector de soluções inovadoras que sejam vantajosas do ponto de vista técnico e económico;
- j) Elaborar ou promover estudos no domínio da economia e da construção;
- k) Reportar periodicamente informação sobre a execução dos projectos em curso no domínio da construção civil e obras públicas;
- l) Desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou por determinação superior.

2. A Direcção Nacional de Obras de Engenharia compreende a seguinte estrutura:

- a) Departamento de Obras de Engenharia;
- b) Departamento de Aproveitamento Hidráulico e Obras Marítimas;
- c) Departamento de Controlo, Supervisão e Monitoramento de Obras.

3. A Direcção Nacional de Obras de Engenharia é dirigida por um Director Nacional a quem compete coordenar, dirigir e executar todas as tarefas.

ARTIGO 18.º

(Direcção Nacional de Infra-Estruturas Rodoviárias)

1. A Direcção Nacional de Infra-Estruturas Rodoviárias é o serviço executivo do Ministério que assegura o planeamento da construção de infra-estruturas rodoviárias e tem as seguintes atribuições:

- a) Elaborar ou promover de forma coordenada estudos e projectos de infra-estruturas rodoviárias estruturantes;
 - b) Elaborar ou promover, em coordenação com outras entidades, os planos de desenvolvimento de novas infra-estruturas rodoviárias;
 - c) Elaborar ou promover a criação de normas e regulamentos que se mostrem necessários ao conveniente desenvolvimento das obras de engenharia e ao desempenho da rede rodoviária nacional;
 - d) Promover a elaboração de estudos no domínio da segurança rodoviária em coordenação com os demais organismos do Estado;
 - e) Emitir parecer sobre estudos de infra-estruturas integradas de transporte e de engenharia de tráfego elaboradas por outras entidades;
 - f) Elaborar ou promover de forma coordenada a actualização do Plano Rodoviário Nacional;
 - g) Elaborar ou promover de forma coordenada estudos de viabilidade técnica e económica para o desenvolvimento de infra-estruturas rodoviárias com envolvimento do sector privado;
 - h) Elaborar ou promover com os demais organismos do Estado a realização de estudos para as modalidades de financiamento de infra-estruturas rodoviárias com o envolvimento do sector privado;
 - i) Promover a elaboração da regulamentação do processo de instalação e utilização de equipamentos ou infra-estruturas ao longo das estradas, bem como das respectivas zonas de protecção;
 - j) Elaborar e promover estudos que incentivem a adopção no sector de soluções inovadoras que sejam vantajosas do ponto de vista técnico e económico;
 - k) Reportar periodicamente informação sobre a execução dos projectos em curso no domínio da construção civil e obras públicas;
 - l) Desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou por determinação superior.
2. A Direcção Nacional de Infra-Estruturas Rodoviárias compreende a seguinte estrutura:
- a) Departamento de Planeamento de Infra-Estruturas Rodoviárias;
 - b) Departamento de Desenvolvimento de Infra-Estruturas Rodoviárias;
 - c) Departamento de Segurança Rodoviária.

3. A Direcção Nacional de Infra-Estruturas Rodoviárias é dirigida por um Director Nacional a quem compete coordenar, dirigir e executar todas as tarefas.

ARTIGO 19.º

(Gabinete de Informação Geográfica)

1. O Gabinete de Informação Geográfica é o serviço que assegura a coordenação e o acompanhamento permanente dos dados do sistema de informação geográfica do Sector da Construção e tem as seguintes atribuições:

- a) Elaborar e promover de forma coordenada com outros sectores estudos e projectos que permitam actualizar permanentemente os dados do sistema de informação geográfica;
- b) Elaborar estudos geodésicos e cartográficos de apoio a execução de obras públicas;
- c) Promover acções de investigação, assistência e apoio tecnológico conducentes à implementação de projectos de construção civil e obras públicas, promovendo a racional e eficaz utilização da informação geográfica;
- d) Elaborar programas de utilização de informação georreferenciada e de desenvolvimento das respectivas bases de dados;
- e) Desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou por determinação superior.

2. O Gabinete de Informação Geográfica é dirigido por um Director equiparado a Director Nacional a quem compete coordenar, dirigir e executar todas as tarefas.

SECÇÃO V

Serviços de Apoio Instrumental

ARTIGO 20.º

(Gabinetes do Ministro e dos Secretários de Estado)

1. O Ministro e os Secretários de Estado são auxiliados por Gabinetes constituídos por um corpo de responsáveis, consultores e pessoal administrativo que integra o quadro de pessoal temporário, nos termos da lei.

2. A composição, competências, forma de provimento e categoria do pessoal dos Gabinetes referidos no presente artigo obedece o estabelecido na legislação específica.

CAPÍTULO IV

Disposições Finais

ARTIGO 21.º

(Quadro de pessoal e organigrama)

O quadro de pessoal e o organigrama do Ministério são os constantes dos Anexos I e II do presente Estatuto, do qual são parte integrante.

ARTIGO 22.º

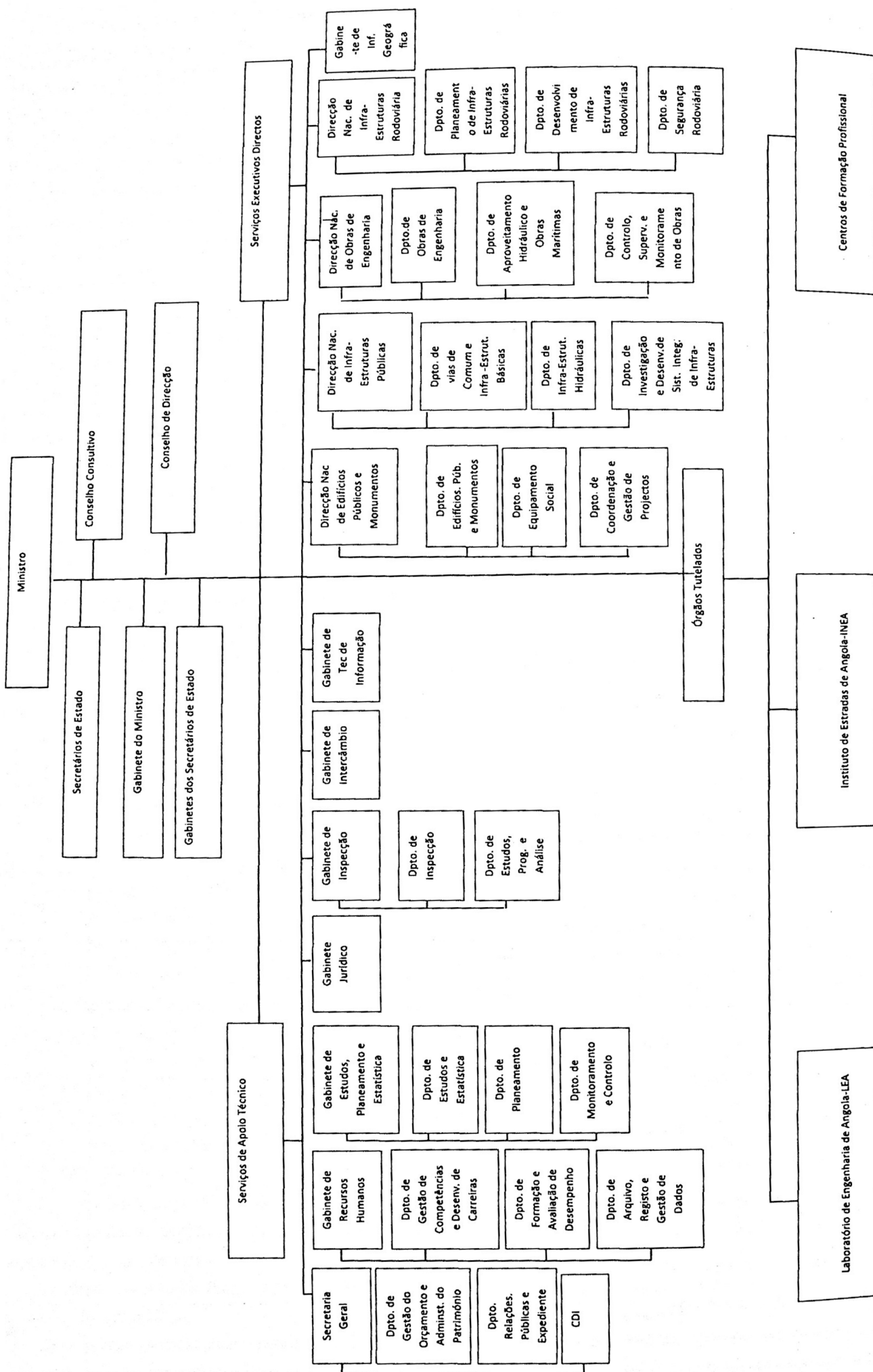
(Regulamentos internos)

A estrutura interna de cada órgão e serviço que integra o Ministério é definida em diploma próprio a aprovar pelo Ministro da Construção.

ANEXO I

Quadro do Pessoal a que se refere o artigo 21.º

Grupo de Pessoal	Carreira	Função/Categoria	Especialidade Profissional a admitir	N.º de lugares Efectivos
Direcção e Chefia	Direcção	Directores Nacionais		15
	Chefia	Chefe de Departamento		23
		Chefe de Secção		6
Técnico Superior	Técnica Superior	Assessor Principal 1.º Assessor Assessor Técnico Superior Principal Técnico Superior de 1.ª Classe Técnico Superior de 2.ª Classe	Direito, Matemática, Economia, Psicologia do Trabalho, Eng. Civil, Arquitectura, Eng. Geógrafo, Administração Pública, Gestão de Recursos Humanos, Relações Internacionais, Engenharia Informática	157
Técnico	Técnica	Especialista Principal Especialista de 1.ª Classe Especialista de 2.ª Classe Técnico de 1.ª Classe Técnico de 2.ª Classe Técnico de 3.ª Classe	Direito, Matemática, Economia, Psicologia do Trabalho, Eng. Civil, Arquitectura, Eng. Geógrafo, Administração Pública, Gestão de Recursos Humanos, Relações Internacionais, Engenharia Informática	32
Técnico Médio	Técnica Média	Técnico Méd. Prin. de 1.ª Classe Técnico Méd Prin. de 2.ª Classe Técnico Méd. Princ de 3.ª Classe Técnico Médio de 1.ª Classe Técnico Médio de 2.ª Classe Técnico Médio de 3.ª Classe	Contabilidade, Administração Pública, Topografia, Informática, Construção Civil, Estatística	79
Administrativo	Administrativa	Oficial Administrativo Principal 1.º Oficial Administrativo 2.º Oficial Administrativo 3.º Oficial Administrativo Aspirante Escriturário-Dactilógrafo		66
	Tesoureiro	Tesoureiro Principal Tesoureiro de 1.ª Classe Tesoureiro de 2.ª Classe		
Auxiliar	Motorista de Pesados	Motorista de Pesados Principal Motorista de Pesad. de 1.ª Classe Motorista de Pesad. de 2.ª Classe		49
	Motorista de Ligeiros	Motorista de Ligeiros Principal Motorista de Lig. de 1.ª Classe Motorista de Lig. de 2.ª Classe		
	Telefonista	Telefonista Principal Telefonista de 1.ª Classe Telefonista de 2.ª Classe		
	Auxiliar Administrativo	Auxiliar Administrat. Principal Auxiliar Administr. de 1.ª Classe Auxiliar Administr. de 2.ª Classe		
	Auxiliar de Limpeza	Auxiliar de Limpeza Principal Auxiliar de Limp. de 1.ª Classe Auxiliar de Limp. de 2.ª Classe		
Operário	Operário Qualificado	Encarregado Operário Qualific. de 1.ª Classe Operário Qualific. de 2.ª Classe		11
	Operário não Qualificado	Encarregado Operário n/Qualif. de 1.ª Classe Operário n/Qualif. de 2.ª Classe		
Total				438



O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

Despacho Presidencial n.º 117/14
de 19 de Maio

Considerando que no âmbito do Programa Água para Todos, o Governo trabalha intensamente para atender as necessidades da população levando água potável até às localidades carentes de todo o território nacional;

Tendo em conta que o Ministério da Energia e Águas pretende alargar o programa planeado e atender novas localidades carentes de água potável, com a construção de 62 Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água, sendo 50 na Província do Kuando Kubango e 12 na Província de Malanje, a fim de beneficiar cerca de noventa e seis mil (96.000) habitantes, com a conclusão das obras previstas;

O Presidente da República determina, nos termos das disposições combinadas da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 5 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

1.º — É aprovada a Minuta de Contrato para a Construção de 62 Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água, sendo 50 na Província do Kuando Kubango e 12 na Província de Malanje, no valor global equivalente em Kwanzas a USD 93.259.908,00 (noventa e três milhões, duzentos e cinquenta e nove mil e novecentos e oito dólares americanos).

2.º — É autorizado o Ministro da Energia e Águas a celebrar o Contrato para a Construção de 62 Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água, sendo 50 na Província do Kuando Kubango e 12 na Província de Malanje, com a empresa Mitrelli Group.

3.º — O Ministro das Finanças deve assegurar os recursos financeiros necessários à implementação do Projecto.

4.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Despacho são resolvidas pelo Presidente da República.

5.º — O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 9 de Maio de 2014.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

**MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS
E DOS TRANSPORTES**

Decreto Executivo Conjunto n.º 142/14
de 19 de Maio

Considerando que no âmbito da estratégia definida pelo Executivo para a melhoria da mobilidade dos transportes no País e, em particular, na Província de Luanda, o Ministério dos Transportes tem desenvolvido um programa para a implementação do transporte marítimo de passageiros por cabotagem;

Tendo em conta que o referido programa será implementado inicialmente na Cidade de Luanda, servindo a zona entre o Museu de Escravatura e o Porto de Luanda, com terminais intermédios em Macoco, Mussulo, Kapossoka, Benfica e Corimba;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com os n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determina-se:

1. A tarifa para a classe única do transporte marítimo de passageiros, por cabotagem, na Província de Luanda é fixada da seguinte forma:

a) O preço real é de AKz: 500,00 (quinhentos Kwanzas);

b) A comparticipação do passageiro é de 50%, devendo pagar o preço do bilhete equivalente a AKz: 250,00 (duzentos e cinquenta Kwanzas);

c) A subvenção do Estado é de 50% equivalente a AKz: 250,00 (duzentos e cinquenta Kwanzas).

2. Fica a critério da unidade gestora do negócio o suplemento para a existência de outras classes.

3. É alocada pelo Ministério das Finanças uma verba, no âmbito da implementação do projecto, de AKz: 200.000.000,00 (duzentos milhões de Kwanzas), operacionalizada por via do Instituto para o Sector Empresarial Público — (ISEP).

4. Os processos para a cobrança de subsídios, validados pelo Instituto Marítimo e Portuário de Angola, serão remetidos ao Gabinete de Preços e Concorrência, que depois de análise os remeterá à Direcção Nacional do Tesouro para pagamento.

5. As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelos Ministros das Finanças e dos Transportes.

6. O presente Decreto Executivo Conjunto entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 2 de Maio de 2014.

O Ministro das Finanças, *Armando Manuel*.

O Ministro dos Transportes, *Augusto da Silva Tomás*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Despacho n.º 1123/14
de 19 de Maio

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, das alíneas d) e l) do n.º 1 do artigo 3.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 235/12, de 4 de Dezembro, e do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto Presidencial n.º 14/11, de 10 de Janeiro, que aprova o Estatuto Orgânico do Serviço Nacional da Alfândegas, determino:

1. É dada por finda a comissão de serviço que o funcionário Carlos Alberto Venâncio, Técnico Superior Aduaneiro Principal da Carreira Técnica Superior das Alfândegas, vinha exercendo no cargo de Chefe do Departamento do Contencioso Aduaneiro do Serviço Regional das Alfândegas de Cabinda.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 6 de Maio de 2014.

O Ministro, *Armando Manuel*.

Despacho n.º 1124/14
de 19 de Maio

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, da alínea d) do artigo 3.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 235/12, de 4 de Dezembro, e do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 16-A/95, de 15 de Dezembro, determino:

1. São subdelegados ao Secretário Geral, Américo Miguel da Costa, plenos poderes para representar o Ministério das Finanças na assinatura do contrato de adesão para o provimento de um link de comunicações e instalação dos equipamentos para acesso à rede SWIFT, fornecido pela Empresa ORANGE Business Holdings UK Ltd.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 6 de Maio de 2014.

O Ministro, *Armando Manuel*.

Despacho n.º 1125/14
de 19 de Maio

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, da alínea d) do artigo 3.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 235/12, de 4 de Dezembro, e do n.º 1 do Decreto-Lei n.º 16-A/95, de 15 de Dezembro, determino:

1. São subdelegados ao Director Geral do Instituto de Formação de Finanças Públicas, José Cabalo Tanga, plenos poderes para representar o Ministério das Finanças na Assinatura de Contratos de Administrativos de Provimento, adstritos àquele Instituto com as entidades abaixo mencionadas:

- a) Aurélio Mbuka Timamputo;
- b) Cláudia Teresa Manuel Simão João;
- c) Catarina Suraia de Andrade Baptista;
- d) Isaac João Feitia Xiquita;
- e) Lídia da Conceição Bambi Quinzunzo;
- f) Maria António Jorge Mendes de Carvalho Miguel;
- g) Jano Cipriano dos Santos;

- h) Liudmila Graciete da Silva Miguel;
- i) Rita da Conceição António;
- j) António Joaquim Cristóvão Chicato;
- k) Iracelma Joaquim Hihanga Francisco;
- l) Lúcia Antónia Magalhães Oliveira.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a validade e eficácia do referido acto estão sujeitas à homologação do Ministro das Finanças.

3. Este Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 9 de Maio de 2014.

O Ministro, *Armando Manuel*.

Despacho n.º 1126/14
de 19 de Maio

Considerando que a funcionária Ermelinda Anastácia Nguma Mavinga solicitou a transferência prevista pelo artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, de acordo com o artigo 4.º do Decreto Presidencial n.º 113/13, de 3 de Julho;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, bem como da alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 235/12, de 4 de Dezembro, determino:

1. É Ermelinda Anastácia Nguma Mavinga, Técnica Média de 3.ª Classe, transferida da Repartição Fiscal do Soyo para a Delegação Provincial de Finanças de Cabinda, com colocação na Repartição Fiscal de Cabinda.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 12 de Maio de 2014.

O Ministro, *Armando Manuel*.

Despacho n.º 1127/14
de 19 de Maio

Considerando que a funcionária Idalina Dicelma Vaz Gomes Sachimbeto solicitou a transferência prevista pelo artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, de acordo com o artigo 4.º do Decreto Presidencial n.º 113/13, de 3 de Julho;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, bem como da alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 235/12, de 4 de Dezembro, determino:

1. É Idalina Dicelma Vaz Gomes Sachimbeto, Técnica Média de 3.ª Classe, transferida da Delegação Provincial de Finanças do Zaire para a Delegação Provincial de Benguela.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 12 de Maio de 2014.

O Ministro, *Armando Manuel*.

Despacho n.º 1128/14
de 19 de Maio

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e da alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 235/12, de 4 de Dezembro, determino:

1. É Gabriel Armando Pedro, Operário não Qualificado, transferido da Secretaria Geral para o Gabinete da Secretária de Estado das Finanças.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 2 de Maio de 2014.

O Ministro, *Armando Manuel*.

**MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DO
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

Despacho n.º 1129/14
de 19 de Maio

Havendo necessidade de se reajustar o Quadro Privativo de Pessoal em Serviço na Residência do Secretário de Estado para o Investimento Público, nos termos do artigo 7.º do Decreto n.º 26/97, de 4 de Abril, conjugado com o artigo 8.º do Decreto Presidencial n.º 104/11, de 23 de Maio;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, do artigo 7.º do Decreto n.º 26/97, de 4 de Abril, e de acordo com a alínea i) do artigo 7.º do Estatuto Orgânico do Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 120/13, de 23 de Agosto, determino:

1.º — É Rita Jonuela Simão de Matos exonerada da função de Lavadeira da Residência do Secretário de Estado para o Investimento Público, para a qual havia sido nomeada por Despacho n.º 172/GMPDT/2013, de 7 de Outubro.

2.º — Este Despacho produz efeitos a partir de 1 de Março de 2014.

Publique-se.

Luanda, aos 28 de Abril de 2014.

O Ministro, *Job Graça*.

Despacho n.º 1130/14
de 19 de Maio

Havendo necessidade de se compor o Quadro Privativo de Pessoal do Gabinete do Secretário de Estado para o Investimento Público, nos termos do Decreto n.º 26/97, de 4 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto n.º 68/02, de 29 de Outubro;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, do artigo 7.º do Decreto n.º 26/97, de 4 de Abril, e de acordo com a alínea i) do artigo 7.º do Estatuto Orgânico do Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 120/13, de 23 de Agosto, determino:

1.º — É Esmeraldina Sebastião da Silva Paiva nomeada para exercer as funções de Secretária do Gabinete do Secretário de Estado para o Investimento Público.

2.º — Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 28 de Abril de 2014.

O Ministro, *Job Graça*.

Despacho n.º 1131/14
de 19 de Maio

Havendo necessidade de se compor o Quadro Privativo de Pessoal da Residência do Secretário de Estado para o Investimento Público, nos termos do Decreto n.º 29/99, de 1 de Outubro;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, do artigo 7.º do Decreto n.º 26/97, de 4 de Abril, e de acordo com a alínea i) do artigo 7.º do Estatuto Orgânico do Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 120/13, de 23 de Agosto, determino:

1.º — É Silvina Laurinda Jokila Kaconda nomeada para exercer as funções de Cozinheira.

2.º — Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 28 de Abril de 2014.

O Ministro, *Job Graça*.

Despacho n.º 1132/14
de 19 de Maio

Havendo necessidade de se compor o Quadro Privativo de Pessoal da Residência do Secretário de Estado para o Investimento Público, nos termos do Decreto n.º 29/99, de 1 de Outubro;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, do artigo 7.º do

Decreto n.º 26/97, de 4 de Abril, e de acordo com a alínea i) do artigo 7.º do Estatuto Orgânico do Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 120/13, de 23 de Agosto, determino:

1.º — É Joana Mateus Rente nomeada para exercer as funções de Lavadeira.

2.º — Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 28 de Abril de 2014.

O Ministro, *Job Graça*.

Despacho n.º 1133/14
de 19 de Maio

Havendo necessidade de se compor o Quadro Privativo de Pessoal do Gabinete do Secretário de Estado para o Investimento Público, nos termos do Decreto n.º 26/97, de 4 de Abril, com alterações introduzidas pelo Decreto n.º 68/02, de 29 de Outubro;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, do artigo 7.º do Decreto n.º 26/97, de 4 de Abril, e de acordo com a alínea i) do artigo 7.º do Estatuto Orgânico do Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 120/13, de 23 de Agosto, determino:

1.º — É Josefa Palmira da Cruz Fonseca nomeada para exercer as funções de Funcionária Administrativa do Gabinete do Secretário de Estado para o Investimento Público.

2.º — Este Despacho entra imediatamente em vigor, com efeitos retroactivos a partir de 1 de Dezembro de 2013.

Publique-se.

Luanda, aos 28 de Abril de 2014.

O Ministro, *Job Graça*.

Despacho n.º 1134/14
de 19 de Maio

Havendo necessidade de se compor o Quadro Privativo de Pessoal do Gabinete do Secretário de Estado para o Investimento Público, nos termos do Decreto n.º 26/97, de 4 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto n.º 68/02, de 29 de Outubro;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, do artigo 7.º do Decreto n.º 26/97, de 4 de Abril, e de acordo com a alínea i) do artigo 7.º do Estatuto Orgânico do Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 120/13, de 23 de Agosto, determino:

1.º — É Figueiredo Domingos Mussonga nomeado para exercer as funções de Motorista do Gabinete do Secretário de Estado para o Investimento Público.

2.º — Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 28 de Abril de 2014.

O Ministro, *Job Graça*.

Despacho n.º 1135/14
de 19 de Maio

Havendo necessidade de se compor o Quadro Privativo de Pessoal da Residência do Secretário de Estado para o Investimento Público, nos termos do Decreto n.º 29/99, de 1 de Outubro;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, do artigo 7.º do Decreto n.º 26/97, de 4 de Abril, e de acordo com a alínea i) do artigo 7.º do Estatuto Orgânico do Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 120/13, de 23 de Agosto, determino:

1.º — É Francisca Nela Costa nomeada para exercer as funções de Empregada Doméstica.

2.º — Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 28 de Abril de 2014.

O Ministro, *Job Graça*.

Despacho n.º 1136/14
de 19 de Maio

Havendo necessidade de se compor o Quadro Privativo de Pessoal da Residência do Secretário de Estado para o Investimento Público, nos termos do Decreto n.º 29/99, de 1 de Outubro;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, do artigo 7.º do Decreto n.º 26/97, de 4 de Abril, e de acordo com a alínea i) do artigo 7.º do Estatuto Orgânico do Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 120/13, de 23 de Agosto, determino:

1.º — É Admiro Miguel Cipriano nomeado para exercer as funções de Motorista.

2.º — Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 28 de Abril de 2014.

O Ministro, *Job Graça*.

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
E DOS DIREITOS HUMANOS****Despacho n.º 1137/14**
de 19 de Maio

Por conveniência de serviço público;

Ao abrigo do Decreto Presidencial n.º 121/13, de 23 de Agosto, que aprova Estatuto Orgânico do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos;

No uso da faculdade que me é conferida pelo artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e do disposto no artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro — sobre Delegação de Poderes dos Ministros de Estado e Ministros, conjugado com o artigo 20.º da Lei n.º 17/90, de 20 de Outubro, determino:

É Maria Cristina Nicolau Cardoso, Oficial Auxiliar de Notário de 2.ª Classe, colocada no Cartório Notarial do Cunene, nomeada definitivamente nos termos da alínea b) do artigo 1.º e do n.º 2 do artigo 2.º, ambos do Decreto n.º 22/96, de 23 de Agosto, com efeitos a partir de 29 de Maio de 2013.

Publique-se.

Luanda, aos 10 de Março de 2014.

O Ministro, *Rui Jorge Carneiro Mangureira*.**Despacho n.º 1138/14**
de 19 de Maio

Por conveniência de serviço público;

Ao abrigo do Decreto Presidencial n.º 121/13, de 23 de Agosto, que aprova Estatuto Orgânico do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos;

No uso da faculdade que me é conferida pelo artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e do disposto no artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro — sobre Delegação de Poderes dos Ministros de Estado e Ministros, conjugado com o artigo 20.º da Lei n.º 17/90, de 20 de Outubro, determino:

É Mardilénio Domingos Ndemutungila Hifewa, Notário-Adjunto, colocado no Cartório Notarial do Cunene, nomeado definitivamente nos termos da alínea b) do artigo 1.º e do n.º 2 do artigo 2.º, ambos do Decreto n.º 22/96, de 23 de Agosto, com efeitos a partir de 29 de Maio de 2013.

Publique-se.

Luanda, aos 10 de Março de 2014.

O Ministro, *Rui Jorge Carneiro Mangureira*.**Despacho n.º 1139/14**
de 19 de Maio

Por conveniência de serviço público;

Ao abrigo do Decreto Presidencial n.º 121/13, de 23 de Agosto, que aprova Estatuto Orgânico do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos;

No uso da faculdade que me é conferida pelo artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e do disposto no artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro — sobre Delegação de Poderes dos Ministros de Estado e Ministros, conjugado com o artigo 20.º da Lei n.º 17/90, de 20 de Outubro, determino:

É Teodoro Miranda dos Anjos Quilemba, Auxiliar de Limpeza de 2.ª Classe, colocado na Delegação Provincial da Justiça e dos Direitos Humanos do Cunene, nomeado definitivamente nos termos da alínea b) do artigo 1.º e do n.º 2 do artigo 2.º, ambos do Decreto n.º 22/96, de 23 de Agosto, com efeitos a partir de 29 de Maio de 2013.

Publique-se.

Luanda, aos 10 de Março de 2014.

O Ministro, *Rui Jorge Carneiro Mangureira*.**MINISTÉRIO DOS PETRÓLEOS****Despacho n.º 1140/14**
de 19 de Maio

Por conveniência de serviço e a seu pedido;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com a alínea e) do artigo 4.º do Decreto Presidencial n.º 239/12, de 4 de Dezembro, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério dos Petróleos, conjugado com o n.º 1 do artigo 33.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, determino:

1. É Ema de Jesus Morais Gomes exonerada, a seu pedido, das funções de Técnica Superior de 1.ª Classe da Direcção Nacional de Petróleos e Biocombustíveis, para as quais havia sido nomeada por Despacho Interno n.º 19/05, de 16 de Setembro.

Publique-se.

Luanda, aos 23 de Abril de 2014.

O Ministro, *José Maria Botelho de Vasconcelos*.

Despacho n.º 1141/14
de 19 de Maio

Convindo em conformidade com as disposições combinadas dos Decretos n.os 26/97, de 4 de Abril, e 68/02, de 29 de Outubro, que estabelecem a composição e o regime jurídico do pessoal dos Gabinetes dos membros do Governo.

Nos termos do n.º 3 do artigo 114.º da Lei Constitucional, determino:

É Mara Gracinda Cristóvão Sara, Técnica Média de 3.ª Classe, nomeada para, em comissão de serviço, exercer as funções de Secretária do Gabinete do Ministro dos Petróleos, com efeito a partir de 1 de Dezembro de 2008.

Publique-se.

Luanda, aos 11 de Janeiro de 2010.

O Ministro, *José Maria Botelho de Vasconcelos*.

MINISTÉRIO DAS TELECOMUNICAÇÕES E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

Despacho n.º 1142/14
de 19 de Maio

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições conjugadas dos n.os 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e da alínea e) do n.º 3 do artigo 4.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Telecomunicações e das Tecnologias de Informação, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 244/12, de 6 de Dezembro, determino:

1.º — É Domingos José do Nascimento exonerado do cargo de Chefe de Departamento de Aplicações Meteorológicas do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica — INAMET, para o qual havia sido nomeado por Despacho Interno n.º 083/2011, de 1 de Julho.

2.º — Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 11 de Abril de 2014.

O Ministro, *José Carvalho da Rocha*.

Despacho n.º 1143/14
de 19 de Maio

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições conjugadas dos n.os 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e da alínea e) do n.º 3 do artigo 4.º do Estatuto Orgânico do Ministério das

Telecomunicações e das Tecnologias de Informação, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 244/12, de 6 de Dezembro, determino:

1.º — É Lídia Cecília Jeremias, Operadora de Telecomunicações de 2.ª Classe, desvinculada do Instituto de Telecomunicações Administrativas — INATEL.

2.º — Este Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Luanda, aos 11 de Abril de 2014.

O Ministro, *José Carvalho da Rocha*.

Despacho n.º 1144/14
de 19 de Maio

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições conjugadas dos n.os 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e da alínea e) do n.º 3 do artigo 4.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Telecomunicações e das Tecnologias de Informação, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 244/12, de 6 de Dezembro, determino:

1.º — É Felismina António Alexandre nomeada, em comissão de serviço, para exercer as funções de Cozinheira da Residência do Secretário de Estado para as Telecomunicações.

2.º — Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Abril de 2014.

O Ministro, *José Carvalho da Rocha*.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Despacho n.º 1145/14
de 19 de Maio

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com a alínea e) do n.º 2 do artigo conjugado com os n.os 1 e 2 do artigo 6.º do Decreto Presidencial n.º 34/11, de 14 de Fevereiro, determino:

1. É José Luís Vunge nomeado, em comissão ordinária de serviço, para exercer o cargo de Administrador do Instituto Nacional de Saúde Pública.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Luanda, aos 30 de Abril de 2014.

O Ministro, *José Vieira Dias Van-Dúnem*.

MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR

Despacho n.º 1146/14
de 19 de Maio

Havendo necessidade de se criar condições técnicas, materiais e humanas para assegurar, com qualidade e eficácia, a implementação do Plano Nacional de Formação a nível do Subsistema de Ensino Superior;

Convindo assegurar o envolvimento dos diferentes serviços do Ministério do Ensino Superior na implementação do Plano Nacional de Formação de Quadros;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República, e de acordo com o disposto nos n.ºs 2 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determino:

1.º — É criada a Comissão encarregue de proceder à coordenação da gestão dos projectos afectos ao Plano Nacional de Formação de Quadros a nível do Ministério do Ensino Superior, com a seguinte composição:

- a) João da Cruz Kundongende — Consultor da Secretária de Estado do Ensino Superior para a Inovação — Coordenador;
- b) Benedito Cipriano Malheiro Pinheiro — Chefe de Departamento de Supervisão e Formação de Quadros da Direcção Nacional de Gestão e Formação de Quadros — Coordenador-Adjunto;
- c) Lukénia Marisa Domingos Fortunato — Chefe de Departamento de Gestão de Quadros da Direcção Nacional de Gestão e Formação de Quadros;
- d) Maria Gaspar Belo — Técnica da Direcção Nacional de Formação Graduada;
- e) Benvinda Maria Arminda Tandala — Chefe de Departamento de Acesso ao Ensino Superior da Direcção Nacional de Acesso, Orientação Profissional e de Apoio ao Estudante;
- f) Cândido Luvumbu Sumbo — Chefe de Departamento de Supervisão de Pós-Graduação da Direcção Nacional de Formação Avançada e Investigação Científica;
- g) Nelma Patrícia do Amaral Gourgel — Chefe de Departamento de Estudos, Planeamento e Projectos do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística;
- h) Augusto Lukubo — Técnico do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística;

i) Teresa Antónia Piriquito Correia — Chefe de Departamento de Produção Legislativa do Gabinete Jurídico;

j) Sebastião do Nascimento Rocha — Chefe de Departamento de Bolsas de Estudos Externas do Instituto Nacional de Gestão de Bolsas de Estudos;

k) Olávia Cristina Cacuhu Dala - Chefe de Departamento de Recrutamento e Selecção de Estudantes do Instituto Nacional de Gestão de Bolsas de Estudos;

l) Djamila Sebastiana dos Santos Quixito — Chefe de Departamento de Auditoria do Gabinete de Inspeção;

m) Adilson das Necessidades Ricardo Rodrigues - Chefe de Departamento de Cooperação Bilateral do Gabinete de Intercâmbio e de Relações Internacionais;

n) Jutema Hebo Quitumba — Chefe de Departamento de Avaliação e Acreditação dos Cursos de Graduação do Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimentos de Estudos do Ensino Superior.

2.º — À Comissão ora criada no cumprimento da sua missão, cabe o seguinte:

- a) Elaborar o plano de acção do MES para a implementação do Plano Nacional de Formação de Quadros (PNFQ);
- b) Apoiar tecnicamente os diferentes serviços do MES na implementação de medidas no âmbito do PNFQ;
- c) Elaborar propostas de afectação de recursos financeiros, materiais, tecnológicos e humanos necessários à implementação do PNFQ a nível do MES;
- d) Coordenar e sistematizar as acções do PNFQ e assegurar o seu alinhamento com o Plano de Acção do MES;
- e) Elaborar e submeter à Direcção do MES, o relatório trimestral, semestral e anual de execução do PNFQ;
- f) Acompanhar e avaliar o cumprimento dos contratos-programa;
- g) Organizar o arquivo de toda a documentação relacionada com o PNFQ;
- h) Apresentar propostas de material de divulgação de implementação das acções do PNFQ;
- i) Desenvolver outras acções consideradas pertinentes para a materialização da sua missão.

3.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Despacho são resolvidas pelo Ministro do Ensino Superior.

Publique-se.

Luanda, aos 10 de Abril de 2014.

O Ministro, *Adão Gaspar Ferreira do Nascimento*.

Despacho n.º 1147/14
de 19 de Maio

Considerando que, no âmbito da implementação do Plano Nacional de Formação de Quadros, o Ministério do Ensino Superior tem recorrido à assistência técnica de outras entidades, para além dos quadros deste Departamento Ministerial;

Havendo necessidade de se criar uma Comissão que supervisione o processo de assistência técnica ao Ministério do Ensino Superior, na implementação do Plano Nacional de Formação de Quadros;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República, e de acordo com o disposto nos n.ºs 2 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determino:

1.º — É criada a Comissão encarregue de supervisionar as acções que têm sido desenvolvidas pela assistência técnica, no âmbito da implementação dos projectos afectos ao Plano Nacional de Formação de Quadros a nível do Ministério do Ensino Superior, com a seguinte composição:

- a) Maria Augusta Almeida da Silva Martins — Secretária de Estado do Ensino Superior para a Inovação — Coordenadora;
- b) João da Cruz Kundongende — Consultor da Secretária de Estado do Ensino Superior para a Inovação;
- c) Pascoal Luduvino de Mendonça Neto — Director Nacional da Gestão e Formação de Quadros;
- d) Cláudio Sousa de Azevedo — Director do Gabinete Jurídico;
- e) Victor da Silva — Director do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística;
- f) Benedito Cipriano Malheiro Pinheiro — Chefe de Departamento de Supervisão e Formação de Quadros da Direcção Nacional de Gestão e Formação de Quadros.

2.º — À Comissão ora criada no cumprimento da sua missão, cabe o seguinte:

- a) Avaliar e propor a cedência e disponibilização dos meios materiais, humanos e financeiros necessários à implementação do Plano Nacional de Formação de Quadros (PNFQ);
- b) Apoiar tecnicamente os diferentes serviços do MES na implementação de medidas no âmbito do PNFQ;
- c) Emitir pareceres sobre os relatórios periódicos das Comissões de Gestão do PNFQ a nível do MES;
- d) Assegurar a articulação com os departamentos ministeriais que têm acções no âmbito da implementação do PNFQ;
- e) Desenvolver outras acções consideradas pertinentes para a materialização da sua missão.

3.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Despacho são resolvidas pelo Ministro do Ensino Superior.

Publique-se.

Luanda, aos 9 de Abril de 2014.

O Ministro, *Adão Gaspar Ferreira do Nascimento*.

Despacho n.º 1148/14
de 19 de Maio

Considerando que as Instituições de Ensino Superior, no quadro da sua autonomia institucional, podem promover o intercâmbio cultural, científico e técnico com instituições congéneres nacionais e estrangeiras e demais instituições vocacionadas para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, nos termos do disposto na alínea g) do artigo 30.º do Decreto n.º 90/09, de 15 de Dezembro;

Convindo assegurar o princípio da legalidade e da prossecução do interesse público, no âmbito das competências no domínio da gestão das Instituições de Ensino Superior plasmado no artigo 16.º do Decreto n.º 90/09, de 15 de Dezembro;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com a alínea q) do artigo 16.º do Decreto n.º 90/09, de 15 de Dezembro, determino:

1. É homologado o Convénio de Cooperação Académica, Científica e Cultural entre a Universidade Complutense de Madrid e a Universidade Agostinho Neto, anexo ao presente Despacho do qual é parte integrante.

2. A implementação do Convénio ora homologado deve observar o estatuído na legislação em vigor no Ordenamento Jurídico Angolano, em particular no Subsistema de Ensino Superior.

Publique-se.

Luanda, aos 28 de Abril de 2014.

O Ministro, *Adão Gaspar Ferreira do Nascimento*.

**CONVÉNIO DE COOPERAÇÃO
ACADÉMICA, CIENTÍFICA E CULTURAL
ENTRE A UNIVERSIDADE COMPLUTENSE
DE MADRID (ESPAÑA) E A UNIVERSIDADE
AGOSTINHO NETO (ANGOLA)**

A Universidade Complutense de Madrid, representada pelo seu Magnífico Reitor, Professor Doutor José Carrillo Menéndez, e a Universidade Agostinho Neto, representada pelo seu Reitor, Doutor Orlando Manuel José Fernandes da Mata, e animadas pelo desejo de fortalecer as relações académicas, científicas e culturais entre as duas Instituições, acordam em estabelecer o seguinte Convénio de Cooperação.

ARTIGO 1.º

Ambas as Universidades acordam em promover o desenvolvimento da colaboração académica, científica e cultural e fomentar a cooperação entre suas diferentes Faculdades, Escolas Universitárias, Departamentos, Institutos e Centros de Pesquisa.

ARTIGO 2.º

Ambas as Universidades colaborarão em todas as áreas do conhecimento de interesse mútuo, contidas em seus respectivos boletins académicos e projectos de pesquisa.

ARTIGO 3.º

Dentro deste propósito, ambas as Universidades poderão realizar as seguintes formas de cooperação:

1. Projectos de investigação conjuntos sobre temas de interesse para ambas as Instituições.
2. Intercâmbio de informações sobre temas de interesse para ambas as Instituições.
3. Intercâmbio de professores, pesquisadores e estudantes para a realização de projectos conjuntos nos campos de cooperação científica que se estabeleçam.

ARTIGO 4.º

Ambas as Universidades acordarão anualmente as condições nas quais se realizarão os intercâmbios de estudantes a que se refere o ponto 3 do artigo 3.º Para isso, trocarão as informações necessárias com pelo menos seis meses de antecedência da data de início do intercâmbio. Estas informações incluirão o modo de cooperação, assim como a sua duração, datas, número de participantes e quantos detalhes adicionais forem necessários para a realização dos intercâmbios, atendendo ao princípio de reciprocidade.

ARTIGO 5.º

A execução das modalidades de cooperação prevista no presente acordo será objecto de convénios elaborados de comum acordo entre ambas as Instituições, onde figurarão o objecto da colaboração. Os ditos Convénios serão incorporados como Adendas ao presente Acordo.

ARTIGO 6.º

As condições económicas dos intercâmbios se concretizarão em cada caso, segundo as respectivas possibilidades.

Ambas as Universidades procurarão obter recursos financeiros externos, tanto de instituições públicas, quanto privadas, para o desenvolvimento de suas actividades conjuntas.

ARTIGO 7.º

Questões litigiosas que têm surgido sobre a interpretação, modificação, resolução e efeitos que possam surgir da aplicação do presente Convénio devem ser resolvidas por mútuo acordo entre as Partes.

ARTIGO 8.º

O presente Convénio entrará em vigor na data de sua assinatura, após aprovação pelas autoridades académicas competentes, e terá a duração de cinco anos.

Mediante acordo expresso e escrito entre as Partes poderá o presente Convénio ser renovado por períodos de igual duração.

A modificação ou rescisão do presente Convénio poderá ocorrer por escrito a qualquer momento, sem prejuízos das actividades previamente acordadas, e será resolvida mediante comum acordo.

O presente Convénio será assinado em duas vias de igual teor e validade.

Pela Universidade Complutense de Madrid, *José Carrillo Menéndez* — Reitor.

Pela Universidade Agostinho Neto, *Orlando Manuel J. Fernandes da Mata* — Reitor.

Despacho n.º 1149/14
de 19 de Maio

Considerando que as Instituições de Ensino Superior, no quadro da sua autonomia institucional, podem promover o intercâmbio cultural, científico e técnico com instituições congéneres nacionais e estrangeiras e demais instituições vocacionadas para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, nos termos do disposto na alínea g) do artigo 30.º do Decreto n.º 90/09, de 15 de Dezembro;

Convindo assegurar o princípio da legalidade e da prossecução do interesse público, no âmbito das competências no domínio da gestão das Instituições de Ensino Superior plasmado no artigo 16.º do Decreto n.º 90/09, de 15 de Dezembro;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com a alínea q) do artigo 16.º do Decreto n.º 90/09, de 15 de Dezembro, determino:

1. É homologado o Protocolo de Cooperação entre a Universidade Agostinho Neto e a Universidade Mandume ya Ndemofayo, anexo ao presente Despacho do qual é parte integrante.

2. A implementação do Protocolo ora homologado deve observar o estatuído na legislação em vigor no ordenamento jurídico angolano, em particular no Subsistema de Ensino Superior.

Publique-se.

Luanda, aos 7 de Abril de 2014.

O Ministro, *Adão Gaspar Ferreira do Nascimento*.

**PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO
ENTRE A UNIVERSIDADE MANDUME
YA NDEMOFAYO E A UNIVERSIDADE
AGOSTINHO NETO**

Protocolo de cooperação académica, científica e cultural celebrado entre a Universidade Manduma ya Ndemofayo, instituição de ensino superior, adiante designada por (UMN), com sede na Província da Huíla, Lubango, avenida Hoji-ya-Henda, Casa n.º 30, representada pelo seu Reitor, Abraão Mulanji, e a Universidade Agostinho Neto, instituição de ensino superior, adiante designada por (UAN), com sede no Campus Universitário, em Camama, Província de Luanda, representada pelo seu Reitor, Orlando Manuel José Fernandes

da Mata; no intuito de desenvolver relações de cooperação académica, científica e cultural, de acordo com a legislação que rege a matéria vigente na República de Angola.

Pretendendo reconhecer e aprofundar laços pedagógicos, académicos e científicos em todas as áreas das suas actividades;

Tendo em conta as suas afinidades que resultam da natureza de ambas serem estabelecimentos de oferta de ensino universitário no País em geral e nas suas respectivas regiões académicas em particular;

Acordam o seguinte:

CLÁUSULA 1.^a
(Objecto)

O presente Protocolo regula de forma geral as relações institucionais entre a UMN e a UAN, definindo o seu âmbito, tipo de acções de cooperação, assim como a sua forma de actuação e sua duração.

CLÁUSULA 2.^a
(Âmbito)

1. No âmbito do presente Protocolo, a UMN e a UAN promoverão, entre si, o fomento da cooperação académica, científica e cultural.

2. O fomento da cooperação, nos termos do número anterior, incidirá na criação e transmissão de conhecimento e experiências entre as duas instituições.

CLÁUSULA 3.^a
(Tipos de acções de cooperação)

1. A cooperação entre as duas universidades signatárias desenvolver-se-á concretamente no quadro e nos domínios que sejam considerados de interesse comum, designadamente na formação aos níveis da graduação, pós-graduação e actualização permanente de pessoal e das estruturas administrativas.

2. Para efeitos do estabelecido no número anterior da presente cláusula, as Partes comprometem-se nomeadamente a:

- a) Promover, incentivar e desenvolver acções de colaboração científica, pedagógica, académica e administrativa;
- b) Organizar, em regime de co-participação e intercâmbio, a oferta de cursos livres de especialização, curso de graduação e pós-graduação, cursos profissionalizantes e agregação pedagógica, seminários, fóruns e outras acções de formação académico-profissional;
- c) Proporcionar, aos candidatos dos cursos de licenciatura, mestrado e doutoramento, as facilidades de frequência e utilização das instalações da outra, ao abrigo de projectos aprovados casuisticamente e sob regulamentação a aprovar pelas Partes;
- d) Proceder à troca de delegações para participar nos programas de investigação conjunta e previamente aprovados;
- e) Promover o intercâmbio de docentes, no âmbito de cursos de graduação e demais actividades de interesse académico e científico;

- f) Promover o intercâmbio de estudantes, designadamente através do reconhecimento da preparação académica obtida em qualquer das Universidades sem prejuízo das regras legais acerca do reconhecimento de habilitação de cada instituição;
- g) Facilitar o acesso de membros do corpo académico a todas as organizações escolares que sejam da responsabilidade de cada uma das instituições;
- h) Proceder à preparação conjunta de textos didácticos de apoio ao ensino e a permuta de publicações de literatura científica;
- i) Organizar o intercâmbio sistemático de informações com relevo académico, científico ou cultural, publicações científicas e socioculturais, bem como a edição de livros periódicos e demais publicações científico-académicas;
- j) Partilhar experiências no âmbito dos serviços de relevância social e pedagógica, prestados às respectivas comunidades de abrangência;
- k) Organizar curso de pós-graduação conjunta;
- l) Outras acções de cooperação estabelecidas entre as Partes em qualquer dos campos detalhados no objectivo do presente Protocolo.

CLÁUSULA 4.^a
(Coordenação)

Para coordenação do processo de execução do presente Protocolo, as duas instituições nomearão uma comissão constituída por igual número de membros em representação de uma das Partes, cuja composição, competência e/ou posteriores alterações devem constar de instrumentos adequados e que passam a constituir anexos daquele.

CLÁUSULA 5.^a
(Execução)

1. A coordenação entre as Partes, nos termos do presente Protocolo, executar-se-á através de acordos específicos, cujos objectivos e finalidades serão defendidos em comum acordo, sendo as instituições obrigadas à sua fiel e pontual execução.

2. Cada Parte se compromete a dar a conhecer à outra as acções realizadas ou em curso e os resultados obtidos no âmbito do presente Protocolo, assim como a elaboração de uma delas.

3. Os acordos específicos, nos termos da presente cláusula, serão parte integrante do presente Protocolo, com a natureza de adendas.

CLÁUSULA 6.^a
(Financiamento)

1. Os encargos financeiros decorrentes da execução do presente Protocolo serão definidos pelas Partes para cada acção a desenvolver.

2. O financiamento das actividades no âmbito dos acordos específicos deve ser definido nos próprios acordos.

3. As despesas de viagem são da responsabilidade da instituição de origem e as despesas das estadias são da

responsabilidade da instituição de destino, salvo interesse e acordo em contrário em função da natureza da deslocação.

4. As universidades signatárias devem assegurar aos seus próprios participantes, durante as acções a desenvolver, a assistência médica, medicamentosa e os seguros de responsabilidade civil.

CLÁUSULA 7.ª
(Entrada em vigor)

O presente Protocolo entra em vigor na data da sua assinatura pelas Partes.

CLÁUSULA 8.ª
(Duração)

O presente Protocolo terá a duração de cinco (5) anos, renovando-se automaticamente por iguais períodos, excepto por denúncia escrita por uma das Partes, com a antecedência mínima de seis (6) meses.

CLÁUSULA 9.ª
(Rectificação ou Emenda)

1. O presente Protocolo pode ser rectificado ou emendado por escrito pelas Partes, em qualquer altura, com base num fundamento idóneo.

2. Para efeitos do número anterior, a rectificação ou emenda deve ser objecto de proposta a apresentar a outra Parte com um mínimo de seis (6) meses de antecedência.

3. A rectificação ou emenda do presente Protocolo, nos termos dos números anteriores, será parte integrante do mesmo.

CLÁUSULA 10.ª
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões que surgirem da interpretação ou da aplicação do presente Protocolo serão resolvidas por despacho conjunto dos dois Reitores.

Em testemunho de que a UMN e a UAN assinam o presente Protocolo em dois (2) exemplares originais na língua portuguesa em igual validade jurídica, sendo todos os textos igualmente autênticos.

Lubango, aos 25 de Abril de 2013. — O Reitor da Universidade Mandume ya Ndemofayo, *Abraão Mulanjí*.

Luanda, aos 25 de Abril de 2013. — O Reitor da Universidade Agostinho Neto, *Orlando Manuel José Fernandes da Mata*.

Despacho n.º 1150/14
de 19 de Maio

Considerando que as Instituições de Ensino Superior, no quadro da sua autonomia institucional, podem promover o intercâmbio cultural, científico e técnico com instituições congéneres nacionais e estrangeiras e demais instituições vocacionadas para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia nos termos do disposto na alínea g) do artigo 30.º do Decreto n.º 90/09, de 15 de Dezembro;

Convindo assegurar o princípio da legalidade e da prossecução do interesse público, no âmbito das competências no domínio da gestão das Instituições de Ensino Superior plasmado no artigo 16.º do Decreto n.º 90/09, de 15 de Dezembro;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com a alínea q) do artigo 16.º do Decreto n.º 90/09, de 15 de Dezembro, determino:

1. É homologado o Acordo de Cooperação entre o Instituto Superior Politécnico de Tecnologias e Ciências e a Universidade de Coimbra, anexo ao presente Despacho, do qual é parte integrante.

2. A implementação do Acordo ora homologado deve observar o estatuído na legislação em vigor no Ordenamento Jurídico Angolano, em particular no Subsistema de Ensino Superior.

Publique-se.

Luanda, aos 9 de Abril de 2014.

O Ministro, *Adão Gaspar Ferreira do Nascimento*.

**ACORDO DE COOPERAÇÃO
ENTRE A UNIVERSIDADE DE COIMBRA
E O INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO
DE TECNOLOGIAS E CIÊNCIAS (ISPTEC)**

A Universidade de Coimbra, doravante também UC, com sede no Paço das Escolas, 3004-531, Coimbra, Portugal, Número de Pessoa Colectiva 501 617 582, aqui representada pelo seu Vice-Reitor, Prof. Doutor Joaquim Ramos de Carvalho, no uso da competência delegada pelo Despacho n.º 487/13, de 9 de Janeiro, e o Instituto Superior Politécnico de Tecnologias e Ciências, doravante ISPTEC, aqui representado pelo Director Geral, Doutor Baltazar Agostinho Gonçalves Miguel, com sede na Av. Luanda-Sul, Rua Lateral Via S10, Talatona, Angola, outorgam o seguinte Acordo de Cooperação, em conformidade com a legislação vigente nos seus respectivos países e normas de direito internacional, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA 1.ª
(Objecto)

O presente Acordo tem como objectivo fundamental o estabelecimento de cooperação académica, científica e cultural entre a UC e ISPTEC.

CLÁUSULA 2.ª
(Finalidade)

Com a finalidade de cumprir o objectivo previsto na cláusula anterior, ambas as entidades concordam em desenvolver programas conjuntos visando nomeadamente:

- Intercâmbio de estudantes;
- Intercâmbio de membros do corpo docente e do quadro técnico de nível superior;
- Participação conjunta em seminários, colóquios, conferências, congressos e outros eventos de indole académica;
- Elaboração de actividades conjuntas de pesquisa;
- Actividades de intercâmbio cultural;
- Participação conjunta em cursos internacionais;

g) Outras actividades consideradas de interesse mútuo.

CLÁUSULA 3.ª

(Obrigações das Partes outorgantes)

Ambas as entidades se comprometem a:

- a) Envidar todos os esforços para que os intercâmbios desenvolvidos ao abrigo deste acordo sejam efectuados com base no princípio da reciprocidade;
- b) Facilitar o procedimento do pedido de visto dos beneficiários dos intercâmbios, nomeadamente através da emissão de documentos comprovativos da participação no programa de intercâmbio;
- c) Facilitar o uso das suas instalações físicas, equipamentos, laboratórios e material bibliográfico para a prossecução das actividades dos beneficiários dos intercâmbios;
- d) Prestar apoio aos beneficiários dos intercâmbios na procura de alojamento;
- e) Cumprir todas as obrigações decorrentes dos termos aditivos ao presente Acordo.

CLÁUSULA 4.ª

(Coordenação)

Todas as acções a desenvolver com base neste Acordo serão coordenadas pelas duas entidades através das respectivas Unidades de Relações Internacionais.

CLÁUSULA 5.ª

(Encargos)

1. Os estudantes envolvidos no intercâmbio deverão pagar as taxas académicas, quando existentes, na sua instituição de origem.

2. As demais despesas (viagem, hospedagem, etc.) poderão ser financiadas por órgãos externos ou ficarão a cargo do próprio estudante.

3. Os estudantes do ISPTEC em mobilidade na UC têm, no entanto, de pagar as taxas de inscrição obrigatórias para todos os estudantes.

4. Em caso de desequilíbrio notório dos fluxos de mobilidade, a instituição de acolhimento reserva-se o direito de cobrar taxas aos estudantes que excederem o equilíbrio desejado.

5. Ambas as Universidades comprometem-se a envidar esforços para captação de recursos financeiros para o desenvolvimento das diversas actividades de cooperação.

6. A execução das actividades fica condicionada à prévia obtenção dos recursos financeiros referidos no número anterior.

CLÁUSULA 6.ª

(Celebração de Termos Aditivos)

Sempre que for entendido necessário por ambas as Partes, acções concretas a desenvolver no âmbito do presente Acordo serão regulamentadas através de Termos Aditivos, que deverão regular, consoante os casos, os seguintes aspectos:

- a) O planeamento específico das actividades e respectiva calendarização;
- b) As obrigações específicas em que incorre cada uma das Universidades;

- c) O número de beneficiários do intercâmbio;
- d) O procedimento de selecção dos beneficiários do intercâmbio;
- e) O dever de confidencialidade;
- f) A titularidade dos direitos de propriedade intelectual;
- g) Demais encargos como Propinas e outros.

CLÁUSULA 7.ª

(Alterações supervenientes)

Qualquer alteração ou adaptação ao presente Acordo está sujeita à forma escrita, carecendo de anuência prévia de ambas as Partes, constituindo aditamento ao presente Acordo e dele fazendo parte integrante.

CLÁUSULA 8.ª

(Vigência)

O disposto no presente Acordo produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2013 e será vigente por um período de 5 anos, renovando-se automaticamente por iguais períodos, salvo renúncia por qualquer das Partes, mediante comunicação escrita à outra Parte, com uma antecedência de 6 meses do seu termo, neste caso, sem prejuízo das acções que se encontrem em curso ao abrigo do presente Acordo.

Elaborado em dois exemplares, ficando uma na posse de cada uma das Partes.

Coimbra, aos 11 de Julho de 2011.

O Vice-Reitor da UC, *Joaquim Ramos de Carvalho*.

Luanda, 12 de Junho de 2013.

O Director Geral do ISPTEC, *Baltazar Agostinho Gonçalves Miguel*.

Despacho n.º 1151/14

de 19 de Maio

Tendo requerido transferência do Instituto Superior de Ciências de Educação do Huambo para o Instituto Superior de Ciências de Educação de Benguela;

Ao abrigo do disposto no artigo 8.º do Decreto Presidencial n.º 113/13, de 3 de Julho, que estabelece o procedimento administrativo a observar na mobilidade do pessoal vinculado ao sector público administrativo;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determino:

É Francisco Xavier Chitoma, Docente do Ensino Superior, com a categoria de Professor Auxiliar, transferido do Instituto Superior de Ciências de Educação do Huambo para o Instituto Superior de Ciências de Educação de Benguela.

Publique-se.

Luanda, aos 9 de Abril de 2014.

O Ministro, *Adão Gaspar Ferreira do Nascimento*.